



6

## CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

### DESPACHO

### SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Pelo presente Despacho, eu, Eduardo Jorge Pratas Fernandes Luciano, Vereador da Câmara Municipal de Évora, no âmbito das competências que me foram delegadas pelo Despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara em 25 de outubro de 2017 e dos Pelouros que me foram distribuídos pelo Despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara em 25 de outubro de 2017, nos termos e para os efeitos previstos em matéria de subdelegação de competências constantes do artigo 38º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, SUBDELEGO no Chefe da Divisão de Cultura e Património, Miguel Correia dos Reis Pedro, as seguintes competências:

#### **Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**

##### **Artigo 35º, n.º 1, alínea:**

g) Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite estipulado de € 1.000,00 (mil euros), com a exceção das referidas no n.º 2 do artigo 30.º;

##### **Artigo 35º, n.º 2, alínea:**

h) Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação.

##### **Artigo 38º, n.º 2, alíneas:**

a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

b) Justificar faltas;

d) Homologar a avaliação de desempenho dos trabalhadores, nos casos em que o delegado ou subdelegado não tenha sido o notador;

e) Decidir em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas.

i) Praticar os atos relativos à aposentação dos trabalhadores.



## CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

### **Artigo 38º, n.º 3, alíneas:**

- b) Autorizar a realização de despesas até ao limite de € 1.000,00 (mil euros);
- e) Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
- f) Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;
- g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivado de que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;
- j) Autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados;
- m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante.

Évora, Paços do Concelho, aos 05 dias do mês de novembro de 2018

O Vereador do Pelouro

Eduardo Luciano